

Embora é um processo decantado, a capitulação da direcção do BNG ante a ‘España de las Autonomías’ nom deixa de dar surpresas desagradáveis. Exemplar é, por exemplo, a mudança de relações entre nacionalismo e forças policiais: desde o confronto essencial, até as amigáveis reuniões institucionais entre Anxo Quintana e mandos da Guarda Civil, há um longo percorrido durante o que centos de galegos fôrom espancados, detidos, sancionados, torturados e encarcerados polo instituto armado espanhol. O alcalde viguês Lois Castrillo fora quem rachara o gelo na década de 90 assistindo por primeira vez à celebração do dia da patrona da Guarda Civil. Castrillo agradecera a centos de números formados no Concelho “os serviços emprestados à Comunidade Autónoma” e dera vivas ao instituto armado que fuzilara Martínez Garrido, último regedor republicano de Vigo. A partir daí, os gestos e factos destinados a ‘normalizar’ relações fôrom umha constante. Celebrações, actos oficiais, petições de alargamento dos corpos, oferecimento de terrenos públicos para a construção de quartéis, consideração dos militares como ‘trabalhadores’ e identificação com as suas demandas corporativas, etc. punham de relevo um profundo processo degenerativo. “Seguiremos a linha do BNG e Anxo Quintana”, asseguram os guardas civis destinados na CAG. A ‘Asociación de Gardas Civis de Galicia’ assegurava ontem através do porta-voz Manuel Mato que “seguiremos a linha do BNG e de Anxo Quintana”. Mato, cabeça dumha comissão autonómica da ‘Asociación Unificada de Guardias Civiles’, afirma o carácter “netamente galego” (!) da agrupação de militares que lidera e recorda, após afirmar que “somos galegos ou casados com galegas”, que manteve umha reunião com Quintana para a criação da Polícia Autonómica e que na câmara da CAG sustém por este motivo umha mesa de trabalho com o BNG na que a concordância seria “total”. Segundo a AGC, entre 400 e 500 dos quase 4000 números destinados na Galiza administrativa fazem parte da associação. Denunciam a “competência” existente entre a Polícia espanhola e o instituto armado e criticam a corrupção dos mandos por conceder as ‘pagas de produtividade’ os números que tenham mais próximos. Mato assegura aliás, em referência às declarações de José Bono sobre a língua a utilizar polos militares espanhóis, que “nós somos um corpo com entidade militar e falamos cada um o idioma que queremos, uns galego e outros castelhano” (sic). Quintana escuita as demandas dos números. O crescente agiornamento da direcção do BNG face a principal força de ocupação do nosso País e a que maior número de cidadãos e cidadãs (60%) tem sob o seu âmbito competencial nom remata aqui. O vice-presidente da Junta recebia o passado dia 9 o secretário geral da ‘Federación Regional de Galicia de la Asociación Unificada de Guardias Civiles’. José Díaz Castelo expujo-lhe a Quintana as preocupações dos militares destinados na CAG referentes à sua transferência a outras comunidades autónomas do Estado. Contudo, as problemáticas da tropa espanhola parecem estar bem contempladas nos desenhos policiais da administração autonómica: segundo se anunciava em 2005, centos de números do instituto armado abandonarám as funções de controlo e vigilância do trânsito rodado que desempenham actualmente para incorporar-se à futura Polícia Autonómica. A Guarda Civil esvazia-se de competências menores no corpo autonómico, muda de uniforme e foca a sua atenção sobre as funções prioritárias de qualquer corpo repressivo. Mais informação no linque que anexamos ao pé da notícia.